



Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**05, 06 e 07
Agosto
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA
sem regras
luguéis
Cidad
salár
sem



Annibal tem encontro no STF

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, participou ontem de um encontro com a presidente do

Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, em Brasília. O encontro foi para tratar da criação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP).

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

QUERO SABER TUDO. Em reunião com presidentes dos tribunais de Justiça, a presidente do STF, Cármen Lúcia, pediu que informem quantos juízes estão estudando fora do País, quem está bancando e o que eles estão aprendendo lá fora.

Bancário é preso por abuso sexual

Antônio Cesar Pinto é acusado de estuprar três crianças, de quem era padrinho afetivo. Ele foi preso em Jardim da Penha

Rafael Louzada

Com um perfil acima de qualquer suspeita, segundo a polícia, o gerente de banco Antônio Cesar Barbosa Pinto, 52 anos, foi preso na manhã de ontem, acusado de cometer estupro de vulnerável contra três crianças de 9, 10 e 11 anos, de uma instituição de assistência a crianças carentes, da Grande Vitória, da qual ele era padrinho afetivo — função que tem como dever a promoção de vínculo afetivo, seguro, e duradouro, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça.

Antônio Cesar é bancário há 30 anos, em uma instituição federal, e foi preso no início da manhã de ontem, em seu apartamento no bairro Jardim da Penha, Vitória.

De acordo com o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), o acusado buscava as crianças no abrigo para passar finais de semana com ele.

“Esse cidadão se habilitou junto a uma instituição que cuida de crianças carentes, ou seja, crianças que já têm histórico de violação de direitos, abandono e sofrimento, desde o nascimento. A partir dessa habilitação, ele passou a ter direito de conviver com elas, sendo um padrinho afetivo. Então ele pegava as crianças e levava para shoppings, cinema e, eventualmente, sua residência, onde os abusos aconteciam”, explicou o delegado.

Segundo a polícia, o bancário é padrinho afetivo desde 2014. Mas somente no dia 17 do mês passado é que surgiu a primeira denúncia. “Quando as crianças retornam ao abrigo, elas fazem o banho supervisionado. Nesse banho, uma dessas crianças, de 9 anos, contou à colaboradora que sentia dores no bumbum e revelou o que ocorria na casa do bancário”, disse o delegado.

A polícia não descarta abusos contra outras crianças, que estiveram na casa do gerente. Uma delas, acabou fugindo do abrigo em 2016, após passar o final de semana com o bancário, segundo o delegado.

No celular e no notebook do bancário, os policiais encontraram pornografia infantil. Porém, o delegado aguarda o laudo da perícia para autuar o bancário por posse de material pornográfico infantil, de acordo com artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na delegacia, Antônio Carlos disse que se arrepende do que fez. “Desculpa, se realmente elas se sentiram magoadas, perdão”, disse. Segundo o delegado, em depoimento, o gerente confirmou que tocava nas partes íntimas das crianças. Antônio Carlos foi levado para o Presídio Estadual de Vila Velha.



O BANCÁRIO
Antônio Cesar Barbosa Pinto foi preso pela Polícia Civil no apartamento dele em Jardim da Penha. Ele chegou a comprar um videogame (destaque) para distrair as crianças, segundo delegado

Videogame para distrair crianças

Acusado, três vezes, pelo crime de estupro de vulnerável, o gerente de banco Antônio Cesar Barbosa Pinto teria comprado um videogame para distrair as crianças. Segundo o delegado Lorenzo Pazolini, responsável pela prisão do bancário, uma das vítimas relatou em depoimento que enquanto jogava, o acusado ficava “se esfregando”.

“Ele confessou os abusos. Contou com riqueza de detalhes como

aconteciam, a sequência de atos libidinosos, descreveu que efetivamente sentia prazer em praticar esse crime. Mas sobretudo, em atingir crianças absolutamente indefesas, crianças que sofreram na vida e que tinham um pingão de esperança que ele roubou”, desabafou o delegado.

O delegado explicou que mesmo sofrendo os abusos, as crianças iam na casa do acusado porque estavam muito carentes, duas delas não têm nem pai e nem mãe, e ficavam muito sozinhas no abrigo. Já na casa do acusado, havia uma boa estrutura para elas se distraírem e terem conforto.

“É uma casa muito bem montada, é um apartamento de classe média no bairro Jardim da Penha, tem toda a estrutura e condição. A

questão econômica dele é boa, ele é servidor de uma instituição bancária há mais de 30 anos. Ele tem um desvio de caráter e comportamento. É um criminoso que se travestiu de uma pessoa de bem para iludir e abusar de crianças”, apontou o delegado.

O OUTRO LADO

Banco não comenta

Procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação do Banco do Brasil, instituição onde Antônio Cesar Barbosa Pinto trabalha, informou que não iria comentar o caso, mas que seria aberto um processo administrativo para apurar o caso.



PAZOLINI prendeu o acusado

“Ele é um criminoso que se travestiu de pessoa de bem para iludir e abusar de crianças”

Lorenzo Pazolini, delegado



JANETE PANTALEÃO: 99% do bem

Juíza sai em defesa de programa

A juíza Janete Pantaleão, da Vara da Infância e Juventude da Serra, defendeu o programa de padrinhos afetivos e disse que a grande maioria dos padrinhos (99%) são excelentes pessoas. Na visão da magistrada, as crianças precisam dos padrinhos para terem o mínimo de convivência familiar. Em 22 anos na função, ela afirma nunca ter visto um caso parecido como o do bancário Antônio Cesar Barbosa Pinto, acusado de estupro.

Segundo a juíza, os padrinhos passam por uma profunda avaliação. “Em primeiro lugar é feita a in-

vestigação criminal, se tiver cometido qualquer crime, é reprovado. Depois é feita uma avaliação psicossocial, que investiga a conduta da pessoa no trabalho e na família. Também a condição financeira, mas é o último dos critérios. São avaliados por servidores da Vara da Infância e Secretaria Municipal de Assistência Social. Não é uma avaliação superficial”.

COMPORTAMENTO

De acordo com a psicóloga Vera Lúcia Saleme Colnago, não é possível saber antecipadamente o

comportamento de um abusador, por exemplo. “O ser humano tem dentro dele todos os tipos de sentimentos, que se revela conforme a situação. Pessoas que não matam e não roubam, podem passar a matar e a roubar. Não tem como saber se a pessoa tem uma predisposição a apresentar um abuso ou não”.

A psicóloga destacou que estudos revelam que 80% das acusações, feitas por crianças, de estupro infantil são falsas. “As pessoas acham que criança não mente, mas é o contrário, faz parte dessa fase a fantasia e a construção”.

PGR sugere arquivamento de citação a Hartung na Lava Jato

Advogados afirmam que Procuradoria não achou elementos na delação para STJ abrir inquérito

VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o arquivamento do processo referente ao governador Paulo Hartung (PMDB), iniciado a partir de depoimento do ex-executivo da Odebrecht Benedicto Júnior, o BJ, que, em colaboração premiada com a Justiça, havia apontado Hartung como suposto coordenador de repasses de caixa dois para seu grupo político em 2010 e 2012.

A informação foi publicada na edição de ontem do jornal "Folha de S. Paulo", na coluna "Painel", e ratificada pelos advogados de Hartung no caso, Rodrigo Lisboa e Rodrigo Rabello — este último, também procurador-geral do Estado. O pedido de arquivamento equivale a dizer que o Ministério Público Federal não encontrou elementos que justificassem a abertura de investigação contra Hartung.

"Tomamos conhecimento disso na sexta à noite, de forma não oficial, através da informação de uma fonte da 'Folha de S. Paulo' de que isso ia acontecer. Mas não tivemos acesso ainda ao pedido e vamos atrás disso amanhã (hoje). De fato nós já esperávamos que a PGR se manifestasse no mês de agosto", afirmou Rabello.

Mesmo sem ter tido ainda



Governador já havia alegado inocência e dito que delação "não fica de pé"

A DELAÇÃO

"Foram feitas doações para Paulo Hartung e seu grupo político de duas formas: contribuições oficiais e pagamentos usando recursos de caixa dois"

"Cabia a Paulo Hartung a coordenação das arrecadações das campanhas eleitorais"

BENEDICTO JÚNIOR
EX-DIRETOR E DELATOR DA ODEBRECHT

acesso ao pedido da PGR, o advogado se diz seguro de que o pedido foi mesmo pelo arquivamento, conforme noticiado pela "Folha".

"A PGR teria dois caminhos: pedir ao STJ o arquivamento ou a abertura de inquérito para eventualmente oferecer denúncia. Se você me perguntar se tive acesso ao pedido, não tive. Mas a informação da 'Folha', um jornal de credibilidade, com certeza é verdadeira. Anossa manifestação preliminar, em julho, foi pedindo o arquivamento", disse Rabello.

"Agora, a própria PGR, órgão que teria legitimidade para pedir a abertura de investigação, está pedindo o arquivamento do caso na fase inicial, porque entendeu que não há nenhuma con-

A DEFESA

"Não há nenhuma comprovação do que o delator afirmou, e o governador não foi nem sequer candidato em 2010 e 2012. A delação carece de prova corroborativa"

"O fato que temos é um pedido de arquivamento da delação premiada em relação ao governador. Não haverá mais procedimento"

RODRIGO RABELLO
ADVOGADO DE HARTUNG

O RELATO

R\$ 1,08 milhão

Teria sido o valor repassado a Hartung nas eleições de 2010 e 2012, anos em que ele não concorreu.

duta criminosa, nada a apurar nesse caso, porque não há nenhuma comprovação do que o delator afirmou, e o governador não foi nem sequer candidato em 2010 e 2012. A delação carece de prova corroborativa."

A DELAÇÃO

Em delação, BJ afirmou que, em 2010, a Odebrecht repassou R\$ 1 milhão a pedido de Hartung, via caixa dois, por intermédio do então secretário de Estado de Obras, Neivaldo Bragato. Em 2012, teriam sido repassados R\$ 80 mil, também não declarados, dessa vez entregues ao atual diretor-geral da Assembleia Legislativa, Roberto Carneiro.

Em entrevista à TV Gazeta no dia 12 de abril, Hartung se disse indignado e chamou a delação de "delírio". Bragato chamou as declarações de "descabidas", e Carneiro as tachou de "mentirosas".

A GAZETA pediu entrevista com o governador ontem, mas a assessoria dele informou que ele ainda não se manifestaria sobre o assunto. O plantão da Procuradoria-Geral da República não atendeu às chamadas.

TRAMITAÇÃO

DELAÇÃO

▼ **Benedicto Júnior, o BJ**
O governador Paulo Hartung foi citado na delação do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior, o BJ, à força-tarefa da Lava Jato, como suposto coordenador de repasses para campanhas eleitorais do seu grupo político. BJ fez as afirmações em depoimento filmado e também em declaração por escrito.

PROCESSO

▼ Remessa

Em abril, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STJ, ordenou a remessa da delação à PGR, para análise de possível pedido de instauração de inquérito. O vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, é o responsável por oferecer denúncias contra governadores no STJ, foro de julgamento dos mesmos.

▼ Defesa

Em julho, a defesa pôde se manifestar por escrito, preliminarmente. Os advogados pediram o arquivamento por falta de provas que embasassem a delação. Alegaram, ainda, que os fatos declarados não ocorreram e que Hartung nem sequer foi candidato em 2010 e 2012.

▼ Arquivamento

Segundo a "Folha", na última sexta, a PGR solicitou ao STJ o arquivamento do caso. O pedido, no entanto, ainda precisa ser distribuído para um relator na Corte Especial do tribunal.

PGR sugere arquivamento de citação a Hartung na Lava Jato

Advogados afirmam que Procuradoria não achou elementos na delação para STJ abrir inquérito

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o arquivamento do processo referente ao governador Paulo Hartung (PMDB), iniciado a partir de depoimento do ex-executivo da Odebrecht Benedicto Júnior, o BJ, que, em colaboração premiada com a Justiça, havia apontado Hartung como suposto coordenador de repasses de caixa dois para seu grupo político em 2010 e 2012.

A informação foi publicada na edição deste domingo do jornal "Folha de S. Paulo", na coluna "Painel", e ratificada pelos advogados de Hartung no caso, Rodrigo Lisboa e Rodrigo Rabello. O pedido de arquivamento equivale a dizer que o Ministério Público Federal não encontrou elementos que justificassem a abertura de investigação contra Hartung.

"Tomamos conhecimento disso na sexta à noite, de forma não oficial, através da informação de uma fonte da 'Folha de S. Paulo' de que isso ia acontecer. Mas não tivemos acesso ainda ao pedido e vamos atrás disso amanhã (hoje). De fato nós já esperávamos que a PGR se manifestasse no mês de agosto", afirmou Rabello.

Mesmo sem ter tido ainda acesso ao pedido da PGR, o advogado se diz seguro de que o pedido foi mesmo pelo arquivamento, conforme noticiado pela "Folha".

"A PGR teria dois caminhos: pedir ao STJ o arquivamento ou a abertura de inquérito para eventualmente oferecer denúncia. Se você me perguntar se tive acesso ao pedido, não tive. Mas a informação da 'Folha', um jornal de credibilidade, com certeza é verdadeira. A nossa manifestação preliminar, em julho, foi pedindo o arquivamento", disse Rabello.

"Agora, a própria PGR, órgão que teria legitimidade para pedir a abertura de investigação, está pedindo o arquivamento do caso na fase inicial, porque entendeu que não há nenhuma conduta criminosa, nada a apurar nesse caso, porque não há nenhuma comprovação do que o delator afirmou, e o governador não foi nem sequer candidato em 2010 e 2012. A delação carece de prova corroborativa."

A delação

Em delação, BJ afirmou que, em 2010, a Odebrecht repassou R\$ 1 milhão a pedido de Hartung, via caixa dois, por intermédio do então secretário de Estado de Obras, Neivaldo Bragato. Em 2012, teriam sido repassados R\$ 80 mil, também não declarados, dessa vez entregues ao atual diretor-geral da Assembleia Legislativa, Roberto Carneiro.

Em entrevista à TV Gazeta no dia 12 de abril, Hartung se disse indignado e chamou a delação de "delírio". Bragato chamou as declarações de "descabidas", e Carneiro as tachou de "mentirosas".

A GAZETA pediu entrevista com o governador ontem, mas a assessoria dele informou que ele ainda não se manifestaria sobre o assunto. O plantão da Procuradoria-Geral da República não atendeu às chamadas.

Tramitação

Delação

Benedicto Júnior, o BJ

O governador Paulo Hartung foi citado na delação do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior, o BJ, à força-tarefa da Lava Jato, como suposto coordenador de repasses para campanhas eleitorais do seu grupo político. BJ fez as afirmações em depoimento filmado e também em declaração

por escrito.

Processo**Remessa**

Em abril, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, ordenou a remessa da delação à PGR, para análise de possível pedido de instauração de inquérito. O vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, é o responsável por oferecer denúncias contra governadores no STJ, foro de julgamento dos mesmos.

Defesa

Em julho, a defesa pôde se manifestar por escrito, preliminarmente. Os advogados pediram o arquivamento por falta de provas que embasassem a delação. Alegaram, ainda, que os fatos declarados não ocorreram e que Hartung nem sequer foi candidato em 2010 e 2012.

Arquivamento

Segundo a "Folha", na última sexta, a PGR solicitou ao STJ o arquivamento do caso. O pedido, no entanto, ainda precisa ser distribuído para um relator na Corte Especial do tribunal.

O relato**R\$ 1,08 milhão**

Teria sido o valor repassado a Hartung nas eleições de 2010 e 2012, anos em que ele não concorreu.

A delação

"Foram feitas doações para Paulo Hartung e seu grupo político de duas formas: contribuições oficiais e pagamentos usando recursos de caixa dois"

"Cabia a Paulo Hartung a coordenação das arrecadações das campanhas eleitorais"

BENEDICTO JÚNIOR

EX-DIRETOR E DELATOR DA ODEBRECHT

A defesa

"Não há nenhuma comprovação do que o delator afirmou, e o governador não foi nem sequer candidato em 2010 e 2012. A delação carece de prova corroborativa"

"O fato que temos é um pedido de arquivamento da delação premiada em relação ao governador. Não haverá mais procedimento"

RODRIGO RABELLO

ADVOGADO DE HARTUNG

PGR pede arquivamento de citação de Hartung em delação da Lava Jato

Informação foi confirmada pela Procuradoria Geral da República (PGR), na manhã desta segunda-feira (7). Pedido foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) disse, em nota, ao G1 que pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o arquivamento do processo envolvendo o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB). A informação foi confirmada pela PGR na manhã desta segunda-feira (7).

O processo começou com o depoimento do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Barbosa da Silva Júnior, que afirmou que Hartung teria recebido mais de R\$ 1 milhão em propinas nos anos de 2010 e 2012, quantia para uso em campanhas eleitorais.

O STJ foi procurado pelo G1, mas ainda não se pronunciou sobre o assunto.

O advogado do governador Paulo Hartung, Rodrigo Rabello, disse que a procuradoria pediu o arquivamento porque entendeu não haver nenhuma conduta criminosa a ser apurada, nem prova das acusações feitas pelo ex-diretor da Odebrecht.

“Começa com a delação do ex executivo da Odebrecht, Benedicto Júnior, que fez uma delação extensa, citando vários políticos. Por isso, o ministro Fachin homologou e encaminhou essa petição à PGR. Em relação à Paulo Hartung, temos sustentado desde o início que essas acusações não ficam de pé, não têm o menor sentido”, explicou Rabello.

Segundo o advogado, em julho, a PGR havia intimado Hartung para prestar esclarecimentos sobre as denúncias. “Eu e o outro advogado, Rodrigo Lisboa, apresentamos uma peça com a defesa do governador. A PGR muito acertadamente pediu o arquivamento. Não há nada de se apurar legalmente. Agora, o STJ sorteará um relator para apreciar o pedido da PGR. Temos a convicção de que o pedido será aceito, porque foi feito por quem tem a titularidade legal para isso”, completou.

Rabello explicou que a defesa ainda não teve acesso ao pedido de arquivamento da PGR, mas está buscando o documento junto ao órgão.

Delação

A delação de Benedicto Júnior foi divulgada no dia 11 de abril. “Os repasses somariam R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), parcelados nos meses de setembro de 2010 e setembro de 2012, estando o relato acompanhado de documentos que, em tese, comprovariam esses pagamentos”, diz o texto da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

PAINEL

Errou o alvo

A PGR encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça pedido de arquivamento do caso relacionado à citação do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), na delação da Odebrecht.

União estuda restringir tempo e reduzir auxílio-moradia de servidores

“Um servidor não pode viver 30 anos em uma cidade e continuar recebendo auxílio-moradia”, disse um técnico do governo

O governo pode fixar um prazo máximo de recebimento de auxílio-moradia pelos servidores públicos federais ou comissionados. Esse benefício é pago a trabalhadores que são transferidos para uma cidade onde eles não têm imóvel próprio. Pelas regras em vigor, o auxílio pode ser pago por período indeterminado.

Além disso, está sendo estudada a possibilidade de uma redução escalonada do valor do benefício. Ou seja, ao chegar na nova localidade de trabalho, o servidor receberia 100% do benefício, mas esse valor seria diminuído gradualmente, ao longo do tempo, até ser zerado. “Um servidor não pode viver 30 anos em uma cidade e continuar recebendo auxílio-moradia”, disse um técnico do governo ao jornal Valor Econômico.

Para 2017, o governo reservou R\$ 879,6 milhões do Orçamento para pagamento do auxílio-moradia para os servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário. Até o momento, segundo levantamento feito pelo Ministério do Planejamento e repassado ao Valor, foram pagos R\$ 448,4 milhões.

O maior gasto com auxílio-moradia neste ano foi registrado pelo Ministério de Relações Exteriores com o pagamento de R\$ 113,627 milhões. A dotação orçamentária do ano para essa rubrica é de R\$ 220,053 milhões. De acordo com informações do ministério, a maior parte dos 1.650 funcionários que recebem o benefício vive no exterior. Neste caso, cada posto tem valor diferente de auxílio, calculado, entre outras coisas, de acordo com o custo de vida do país para onde o funcionário foi transferido.

Em segundo lugar no levantamento do Planejamento aparece a Justiça do Trabalho, que destinou R\$ 110,829 milhões do orçamento para auxílio-moradia de um total de R\$ 193,95 milhões previstos para o ano. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho informou que, além dos servidores, paga, por força de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o auxílio-moradia para 3.580 magistrados, entre ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores tribunais regionais (TRTs).

Somente em julho, o gasto com o pagamento de auxílio-moradia para magistrados foi de R\$ 15,68 milhões. Para outros servidores da Justiça do Trabalho, o valor foi de R\$ 95,9 mil. O Ministério Público da União já pagou R\$ 58,872 milhões em auxílio-moradia neste ano do total para 2017 de R\$ 126,7 milhões.

As mudanças que o governo federal pretende implementar no auxílio-moradia atingem todos os servidores, mas com algumas exceções como alguns membros do Ministério Público, Judiciário e Legislativo.

A diminuição do gasto, com a adoção de regras mais restritivas, pode até ser pequena diante do tamanho da despesa total com benefícios dos servidores federais, que no ano passado somou R\$ 16,6 bilhões, mas, segundo técnico do governo, seria uma sinalização de que o Poder Executivo está se movendo para dar maior eficiência ao dinheiro público, evitando pagamentos indevidos.

Segundo fonte, existem muitas disparidades nos valores dos benefícios pagos por entes como Executivo, Estados e municípios e por Poderes. Mas, ao apertar um pouco os critérios para recebimento do auxílio-moradia, o governo pretende “dar o exemplo” e estimular que outros entes e Poderes façam o mesmo.

No caso do Executivo, o pagamento do auxílio-moradia tem como parâmetros o piso de R\$ 1,8 mil e o teto de R\$ 7,7 mil (25% da remuneração de ministro de Estado, fixada em R\$ 30.934,70). O ressarcimento é sempre sobre o que, efetivamente, foi gasto pelo servidor. Esse valor é pago para os servidores públicos

de todos os Poderes com exceção de alguns membros do Ministério Público, Judiciário e Legislativo, caso dos juízes, procuradores e parlamentares os quais contam com regras próprias.

Para as exceções do Judiciário e Ministério Público da União, o teto do benefício é o mesmo concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que corresponde a R\$ 4.377, o que foi garantido por liminar do STF. Os senadores e deputados que não ocupam apartamentos funcionais podem optar pelo auxílio-moradia. No caso do Senado, o valor mensal corresponde a R\$ 5.500, com a finalidade de cobrir despesas com aluguel ou diária de hotel. Os deputados que não ocupam apartamentos funcionais recebem R\$ 4.253.

Sem margem de manobra para reduzir gastos e ajudar no cumprimento da meta de resultado primário, que para este ano, por enquanto, é de déficit de R\$ 139 bilhões, o governo tem anunciado medidas, como revisão de programas já existentes, para impedir despesas indevidas. Conforme antecipado pelo Valor, será realizado um programa de demissão voluntária (PDV) para os servidores públicos, o que não acontecia há quase 20 anos. Também haverá incentivos para adesão a jornada reduzida e licença não remunerada.

Justiça mantém prisão de sargento que enterrou jovem em quintal

O adolescente de 16 anos estava desaparecido havia dois meses, quando saiu de casa para capinar o quintal do sargento

A Justiça converteu a prisão em flagrante do sargento aposentado do Corpo de Bombeiros Nelson da Silva Lopes, 58 anos, em prisão preventiva. Isso significa que ele ficará detido até que tenha ocorrido as investigações do caso. O militar foi preso nesta sexta-feira (4) depois que a polícia encontrou o corpo de um adolescente de 16 anos enterrado no quintal da casa dele, no bairro Vila Merlo, em Cariacica.

Em audiência de custódia neste sábado (5), a juíza Cristina Eller Pimenta Bernardo afirmou que a manutenção da prisão de Nelson visa a segurança da população. "A soltura do custodiado poderá colocar em risco a segurança social, além do que está presente a periculosidade concreta de sua conduta, bem como, visando garantir a instrução processual e a aplicação da Lei Penal".

O acusado foi autuado por ocultação de cadáver e posse irregular de arma de fogo.

DESAPARECIDO

O jovem Ananias das Neves de Oliveira estava desaparecido havia dois meses, quando saiu de casa para capinar o quintal do sargento. Desde então, o menor sumiu e a família dele procurou a delegacia em Cariacica Sede para registrar a ocorrência. Naquela ocasião, policiais foram à casa do militar, mas ele disse que não sabia do garoto. No entanto, nesta terça-feira, a Polícia Civil recebeu uma denúncia anônima informando que Ananias havia sido assassinado e enterrado em um terreno que fica ao lado da residência do acusado.

CONFISSÃO

Os policiais seguiram até o local indicado, onde foram recebidos pelo militar que teria dito que nada seria encontrado lá. Mas os policiais viram uma enxada e desconfiaram. Começaram a mexer na terra e encontraram cal, e, em seguida, parte de um corpo humano. Naquele momento o acusado teria dito: "É. Fiz merda". Ele foi detido pela equipe da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV).

Audiência de custódia mantém prisão de sargento que matou adolescente em Cariacica, ES

Prisão em flagrante foi convertida em preventiva. Militar confessou ter matado menor de 16 anos e enterrar o corpo.

A Justiça converteu a prisão em flagrante do sargento aposentado do Corpo de Bombeiros Nelson da Silva Lopes, de 58 anos, em prisão preventiva. Isso significa que ele ficará detido até que tenha ocorrido as investigações do caso.

O militar foi preso nesta sexta-feira (4) depois que a polícia encontrou o corpo de um adolescente de 16 anos enterrado no quintal da casa dele, no bairro Vila Merlo, em Cariacica. O menor estava desaparecido há dois meses e havia sido visto pela última vez na casa do sargento. Ele foi preso nesta quinta-feira (3) e confessou o crime.

Em audiência de custódia neste sábado (5), a juíza Cristina Eller Pimenta Bernardo afirmou que a manutenção da prisão de Nelson visa a segurança da população.

“A soltura do custodiado poderá colocar em risco a segurança social, além do que está presente a periculosidade concreta de sua conduta, bem como, visando garantir a instrução processual e a aplicação da Lei Penal”.

O sargento foi autuado por ocultação de cadáver e posse irregular de arma de fogo.

Desaparecido

O jovem Ananias das Neves de Oliveira estava desaparecido havia dois meses, quando saiu de casa para capinar o quintal do sargento. Desde então, o menor sumiu e a família dele procurou a delegacia em Cariacica Sede para registrar a ocorrência.

Naquela ocasião, policiais foram à casa do militar, mas ele disse que não sabia do garoto. No entanto, nesta terça-feira, a Polícia Civil recebeu uma denúncia anônima informando que Ananias havia sido assassinado e enterrado em um terreno que fica ao lado da residência do acusado.

Confissão

Os policiais seguiram até o local indicado, onde foram recebidos pelo militar que teria dito que nada seria encontrado lá. Mas os policiais viram uma enxada e desconfiaram. Começaram a mexer na terra e encontraram cal, e, em seguida, parte de um corpo humano.

Notícias

TJ-ES mantém condenação da Eco 101 a indenizar dono de caminhão por acidente

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id=351453>

Após 5 anos, acusado de matar namorada durante sexo segue sem julgamento

Arielle Martins Pardino, 21 anos, foi morta com um tiro na boca no momento em que ela e o namorado, o estudante Marcos Rogério Amorim dos Santos Júnior, mantinham relação sexual

A morte da jovem Arielle Martins Pardino, em Linhares, Norte do Estado, completa cinco anos no próximo mês. O principal suspeito do crime, o então namorado da vítima, Marcos Rogério Amorim dos Santos Júnior, ainda não foi a julgamento. O assassinato, cometido no dia 3 de setembro de 2012, chamou a atenção na época pela circunstância em que o crime aconteceu, durante um ato sexual do casal.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a sentença que pronunciou o acusado para que ele seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Linhares foi publicada em março de 2014.

No entanto, a defesa de Marcos Rogério recorreu da sentença de pronúncia, inclusive aos Tribunais Superiores. O TJES informou que um dos três recursos que a defesa impetrou ainda está em tramitação em Brasília.

Ainda segundo o TJES, após manifestação das partes envolvidas, os autos estão no gabinete da Vara de Linhares para a designação do júri, o que ainda não tem data para acontecer.

O crime

A jovem Arielle Martins Pardino, 21 anos, foi morta com um tiro na boca no momento em que ela e o namorado, o estudante Marcos Rogério Amorim dos Santos Júnior, mantinham relação sexual.

O crime aconteceu no apartamento da família do suspeito, no Centro de Linhares. Em depoimento, na época, Marcos contou que ele e a namorada faziam brincadeiras sexuais quando, acidentalmente, o revólver disparou, atingindo a moça. A vítima morreu no local.

Após o depoimento, o estudante foi liberado. Na ocasião, o delegado responsável pelo caso, Fabrício Lucindo, informou que Marcos foi liberado, pois não se configurou um flagrante e por ele ter se apresentado por livre e espontânea vontade.

O pai do rapaz, o policial rodoviário federal aposentado Marcos Rogério Amorim dos Santos, teria dado fuga ao filho, mas, em depoimento, negou o fato. No entanto, marcas de sangue no carro dele desmentiram a versão do aposentado. Em novo testemunho, ele voltou atrás e confirmou as suspeitas da perícia.

Mãe lembra o aniversário da filha

No último dia 27 de julho, a mãe de Arielle, Neuci Gomes Martins, usou uma rede social para lembrar o aniversário da filha. "Hoje você faria 26 anos, porém, não a temos mais entre nós, o que restou foi a dor a saudade e as lembranças. TE AMO ETERNAMENTE. Não existem palavras que possam descrever o que sinto".

Notícias**Justiça determina intervenção em hospital de Vitória**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/08/justica-determina-intervencao-em-hospital-de-vitoria-1014086226.html

Ação na Justiça tenta receber remédio para tratamento de câncer

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/acao-na-justica-tenta-receber-remedio-para-tratamento-de-cancer/6060148/>

Promotor defende que siglas sigam Lei Anticorrupção

O promotor de Justiça titular criminal de Nova Venécia, Leonardo Santos, defende que os partidos sigam as regras de compliance – termo em inglês que significa agir de acordo com uma instrução interna –, assim como fazem hoje as empresas do setor privado para reduzir os casos de corrupção. Ele publicou recentemente um artigo sobre a Lei Anticorrupção.

“Os partidos, que são a principal via de captura do Estado pelos corruptos, sendo pessoas jurídicas teriam que implementar essas políticas de cumprimento das leis e fazer um programa preventivo da corrupção. Fazer uma auditoria nas contas para saber se existe a contribuição de dinheiro de forma ilícita e observar se os filiados estão com crescimento patrimonial fora do trabalho ajudariam no combate à corrupção”, disse.

Presidente estadual do PT, partido que é um dos principais alvos da Operação Lava a Jato, João Coser é contra as sugestões do promotor.

“A tese hoje perdeu força porque os partidos perderam o dinheiro das empresas por meio do financiamento privado. Não acho que é papel de um partido fiscalizar patrimônio dos filiados. Isso é papel da Receita Federal”, argumentou o ex-prefeito de Vitória.

FÁBIO NUNES - 01/05/2016



COSER se opõe à ideia de promotor

COMBATE À CORRUPÇÃO

Dinheiro a quem revelar desvios

As delações premiadas já ajudaram a Lava a Jato a reparar R\$ 756 milhões desviados dos cofres públicos, mas dois promotores de Justiça do Estado querem expandir o universo de pessoas que podem ajudar no combate à corrupção. Eles defendem que servidores e cidadãos sejam recompensados com parte do dinheiro recuperado.

Os promotores Diego Castilho e Leonardo Santos são coautores do livro "Corrupção como fenômeno supralegal". Castilho assina um artigo sobre whistleblower, termo em inglês que significa "denunciante".

Diferente do delator que tem

“Melhor se o cidadão fizesse a denúncia por consciência cívica, e não por incentivo monetário”

Leonardo Santos, promotor de Justiça

culpa nos crimes relatados, esse "colaborador-cidadão" seria um dos olhos do combate à corrupção nas repartições públicas.

"Quem delata fica com fama de dedo-duro. Não é esse o nosso objetivo, mas sim criar uma cultura de prevenção. A recompensa para servidores e cidadãos vem para criar um estímulo, minimizando as consequências se a pessoa for vítima de preconceito", defende.

A recompensa para quem revelar esquema de corrupção era uma das propostas do projeto anticorrupção do Ministério Público Federal, mas foi rejeitada pelos deputados federais. No texto, quem conseguisse comprovar as denúncias ficaria com até 20% do valor desviado.

Se a proposta fosse aprovada e passasse a valer, 656.298 servidores ativos, segundo o painel estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento, e 53 mil no Estado, segundo a Secretaria de Estado de Recursos Humanos, poderiam trazer à tona desvios de dinheiro que pre-



OS PROMOTORES Leonardo Santos e Diego Castilho são coautores do livro "Corrupção como fenômeno supralegal"

judicam, por exemplo, a manutenção de hospitais e escolas.

Castilho afirmou que nos Estados Unidos, em 2014, foram recuperados cerca de US\$ 5,9 bilhões

(R\$ 18,349 bilhões) a partir de denúncias de servidores e cidadãos que receberam em contrapartida US\$ 435 milhões (R\$ 1,352 bilhão).

Para o promotor Leonardo San-

tos, a recompensa também seria um incentivo, mas faz uma ressalva. "Melhor se o cidadão fizesse a denúncia por consciência cívica, e não por incentivo monetário."